

A implantação da Base Nacional Comum Curricular no contexto das Políticas Neoliberais

The implementation of the Common National Curricular Base in the context of Neoliberal Policies

La implementación de la Base Curricular Nacional Común en el contexto de las Políticas Neoliberales

Ana Paula de Oliveira - Universidade de Sorocaba | Mestranda em Educação pelo PPGE-Uniso | Sorocaba | SP | Brasil. E-mail: aninhapt.oliveira@gmail.com |  ORCID

BRANCO, Emerson Pereira; ZANATTA, Shalimar Calegari; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi; NAGASHIMA, Lucia Akiko. **A implantação da base nacional comum curricular no contexto das políticas neoliberais**. Curitiba: Appris Editora, 2018. 135p.

Essa obra aborda o acompanhamento do processo de implantação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) em todo Brasil, apresentando ao leitor a realização de uma análise crítica acerca de reformas do ensino brasileiro, pautado em uma abordagem sobre as políticas neoliberais e suas interferências na Educação.

No primeiro capítulo, *A educação e a sociedade*, (p. 11-16), os autores retomam o papel da escola na construção da sociedade, bem como na formação do cidadão e enfatizam o poder de promoção de justiça social e da influência no modo de vida das pessoas que a escola exerce, relatam o ensino público como indispensável para formação do cidadão, além de abordarem a crise da escola pública em seu contexto histórico.

Justamente pelo poder da escola acima citado, ela se tornou campo de disputa entre governo, instituições privadas e organismos multilaterais que defendem uma postura neoliberal, distorcendo o papel social da escola, deixando-a carente de significado, tornando-a mediadora dos valores sociais carregados de influências ideológicas da classe dominante. Adotando o discurso do estado mínimo, apontando para a incapacidade do estado, somado a necessidade de formar trabalhadores competentes, competitivos e alienados, surgem às intervenções de

organismos nacionais e internacionais na participação das reformas educacionais, ligando-as a interesses mercadológicos, direcionando para uma formação de trabalhadores polivalentes e flexíveis com habilidades e competências desejáveis ao sistema produtivo do capitalismo e da globalização, onde poucos grupos se qualificam com a supervalorização do individualismo, porém com exclusão de grande massa da população, gerando uma dívida histórica do Estado com a população.

Ressaltam ainda o grande desafio da escola pública que diante da transição da sociedade necessita de reformas abrangentes e não fragmentadas com políticas concretas para superar a crise da escola pública, que até o momento contou com reformas que não priorizam as instituições de ensino, e que contavam com recursos de decretos, leis e programas que não asseguram a melhoria almejada. Para tal realização é necessário superar a barreira da descontinuidade e repensar o papel da escola não apenas para garantir habilidades e competências, mais para promover a emancipação do cidadão, fortalecendo princípios éticos e solidários em uma educação de qualidade e equitativa, com a inclusão de uma vida digna a grande massa de excluídos, com assimilação crítica e ética do saber, voltada para construção do bem comum.

Colocam como finalidade principal do livro analisar e investigar o processo de elaboração e implantação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), bem como as alterações na legislação dentro da atual reforma e questionar as influências das instituições privadas e organismos multilaterais sobre a real possibilidade de superação da crise da escola pública.

No segundo capítulo, *As políticas neoliberais*, (p. 17-38), os autores abordam de maneira breve o surgimento do neoliberalismo nas décadas de 30 e 40 em um contexto da segunda guerra mundial e a retomada pelos governos dos Estados Unidos e Reino Unido nas décadas de 70 e 80 e, desde então, a influência que essa teoria de política econômica passa a exercer sobre a economia mundial para depois exemplificar como a lógica neoliberal interfere na estrutura das organizações escolares brasileiras.

Segundo os autores, o neoliberalismo tem aporte ideológico no capitalismo e defende que o bem-estar humano pode ser promovido a partir das liberdades e capacidades empreendedoras, com o livre mercado e o fortalecimento dos comércios, portanto consideram que o setor público é o responsável pelas crises econômicas por promover segundo o ideário neoliberal a ineficiência e o privilégio. Apoiados nessas crenças, as grandes potências capitalistas “mergulharam de cabeça” na neoliberalização para dar respostas as crises econômicas enfrentadas em busca, por meio, dos

discursos, de eficiência, qualidade e equidade. Nesse discurso, para os autores, o Estado mínimo defendido nesta prática neoliberal promove, maior desemprego, precariedade nas condições de trabalho, degradação na relação homem e natureza além da exclusão social buscando lucro a qualquer custo, gerando experimentos caóticos.

O real interesse das grandes corporações capitalistas é a manutenção dos interesses de uma minoria dominante e a articulação com os demais países capitalistas para uma organização econômica que atenda suas necessidades, diante das mutações significativas no mundo do trabalho e conseqüentemente na educação que pelas interferências neoliberais incorporou o discurso do fracasso na escola pública.

Esse fracasso apresentado pela lógica neoliberal se dá por conta da incapacidade do Estado em gerir as transformações socioeconômica e educacionais. Tal incapacidade gera a necessidade de reestruturação baseada na valorização de iniciativas privadas, adequando os sistemas educacionais ao projeto conservador das elites brasileiras, concebendo-a como uma mercadoria e não um processo a ser construído. O papel da escola passa então a ser secundarizado, deixando de ser apenas um local de instrução para ter como função precípua a marginalização de seus objetivos para alienação das massas, distanciando de uma escola voltada para o social, o bem-estar comum, preparando apenas para atender os interesses dos que dominam a sociedade, gerando uma racionalidade incumbida de medir interesses individuais de trabalho simplificado e barateado que possibilita a geração de mais valia para o capital.

No terceiro capítulo, *O sistema nacional de educação*, (p. 39-78), os autores analisam o sistema educacional brasileiro que gerencia as políticas educacionais de Estado em um regime de colaboração entre as esferas municipais, estaduais e federais. Trata-se de um sistema fragmentado e desarticulado frente a falta de continuidade das políticas educacionais diante de diferentes mandatos, o que gera altos índices de exclusão em relação a permanência dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, principalmente para as classes menos favorecidas economicamente. Relatam as “oportunidades” de sistematizar o ensino nacional, desde o manifesto dos pioneiros na década de 30, a Constituição Federal de 1934, novamente a Constituição Federal de 1946 e na elaboração da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) em 1996.

Abordam ainda como seria um sistema de ensino nacional, se refletido de forma intencional para melhoria da educação, que reuniria diferentes elementos em um conjunto diverso e abrangente, que valoriza a diversidade e a variedade regional, articulando-a de maneira coerente, garantindo um padrão mínimo de qualidade educacional em todo país. Historicamente,

a criação de um sistema nacional de educação enfrenta barreiras que impedem sua execução, e são de decorrências pedagógicas, econômicas e políticas, que se caracterizam pela descontinuidade, pedagogias refratárias e resistência à manutenção da escola pública. Essa é a dicotomia da educação, ficando entre o que se verbaliza e entre o que se investe, pois diante da lógica economicista busca-se uma educação eficaz, porém barata.

Para os autores, a adoção de um currículo nacional com a implantação da base, se seguir a tendência de meramente abrigar os sistemas estaduais e os municipais e não levar em consideração os fracassos das reformas anteriores, o Sistema Nacional de Educação se reduzirá a uma mera formalidade, mantendo-se contraditório, desencontrado, com improvisos e imprecisões, se mantendo distante de uma educação igualitária e emancipadora, pois só é possível conceber essa educação sistematizada atendendo aos requisitos de intencionalidade e coerência, onde se toma consciência da real situação educacional, identificar os problemas e fragilidades e se manter num constante movimento dialético de ação-reflexão-ação.

Em relação ao currículo, há um destaque nas influências sofridas pelo Estado Brasileiro de organismos internos e externos, que sempre mantiveram atrelado à formação curricular o domínio das classes dominantes, uma estrutura de formação de estratégia (de reforma), usando-o como componente de controle em processos de aprendizagem institucionalizados, com caráter impositivo e verticalizado, no qual o principal objetivo das instituições escolares é o de formar e conscientizar o corpo discente para competir por postos de trabalho no mercado capitalista, restringindo-se meramente ao programa de conteúdos das disciplinas, ignorando os interesses dos cidadãos, ficando à margem dos debates que envolvem os professores, suprimindo as características sociais da comunidade escolar inserida, materializando assim o processo de construção hegemônica. Para os autores, os docentes têm um papel fundamental na elaboração curricular e não deveriam estar limitados a reproduzir os conteúdos especificados na organização curricular.

Em relação à formação de professores, os autores apontam que as universidades vêm preparando mal seus futuros professores, que saem despreparados para o exercício da profissão, sendo incapazes de refletir além de sua própria prática, já que não possuem o mínimo necessário para ir além, devido a um estado de sucateamento que busca mostrar que apenas a privatização poderá trazer a qualidade de ensino almejada, enveredando para se adequar às exigências do mercado com a redução do tempo de estudo e diminuindo os custos. Com esse tipo de formação, a situação atual da docência no Brasil continua marcada por fortes tradições individualistas,

regulações externas, muitos dispositivos burocráticos, recebem salários baixos, são desvalorizados socialmente e recebem uma formação e/ou capacitação cada vez mais precarizada.

No quarto capítulo, *Reformas educacionais relevantes para o cenário atual*, (p. 83-109), os autores discorrem sobre as reformas que foram relevantes no Brasil, para se compreender o cenário atual, apresentado por eles em 2018, desde a década de 1920 com o processo de industrialização, os diferentes movimentos sociais que reivindicavam a ampliação do atendimento escolar, até a elaboração da BNCC, apontando para o caráter elitista da educação brasileira.

Os autores destacam o Manifesto dos Pioneiros como a primeira tentativa de reformulação da política educacional, que defendia uma escola pública, obrigatória, laica e gratuita, porém descrevem historicamente de maneira breve as instabilidades das políticas educacionais nacionais, com seus altos e baixos, e o fortalecimento do dualismo da escola pública que reforça a separação dos que podem estudar daqueles que deveriam estudar para ingressar no mercado de trabalho, evidenciando para as massas o conhecimento instrumental com competências básicas para atender o processo produtivo. Para materializar essa constatação, destacam os períodos da Constituição Federal de 1934, o golpe de 1937 a 1945, o Estado Novo em 1946 com uma nova Constituição Federal, a LDB de 1961, o golpe de 1964, que especialmente entre 1970 e 1980 foi marcado pela luta da democratização, período em que os educadores passam a defender um ensino mais crítico, retomam a reforma geral do ensino de 1968 com destaque ao ensino superior, até chegarem à década de 1990, que tem reformas importantes ao sistema educacional num período pós ditadura.

Para os autores, esse período é marcado por um Estado facilitador direto do crescimento econômico, caracterizando o surgimento do “Estado Mínimo” e das políticas neoliberais, ocasionando maior participação dos setores privados em segmentos de atuação exclusiva do Estado. Surge também nesse período o início da presença em encontros internacionais em torno das políticas educacionais e dão destaque à Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada por instituições como Unesco, Unicef, Banco Mundial, entre outros. Diante dos processos reformulação propostos, surge a concretização da educação segundo diretrizes financeiras.

As orientações para a política de Estado vieram por meio dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), como material de orientação e suporte que trazia o lema *aprender a aprender*, defendendo que os indivíduos deveriam ser preparados a aprender aquilo que lhes for

exigido, em um constante processo de adaptação. Para os autores, esse lema reflete exatamente o esvaziamento do trabalho educativo escolar ao considerar que os professores já não precisavam aprender o conhecimento historicamente acumulado, já que não precisariam ensiná-los, tornando assim cada vez mais empobrecidos os conhecimentos oferecidos a professores e alunos, adaptando-os à alienação. Diante de todo o levantamento das lacunas deixadas pelos PCNs, principalmente por estabelecer uma base comum nacional sem a participação dos professores, apenas contando com orientações de organismos internacionais que se baseiam em valores neoliberais, uma grande questão levantada pelos autores é se todo esse processo vem se repetindo com a atual proposta da BNCC.

A BNCC foi apontada como necessária para atender parte do PNE (Plano Nacional de Educação), objetivando contemplar a orientação para o planejamento curricular da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Houve consulta pública para construção de sua primeira versão, finalizada em março de 2016, seminários com professores gestores e especialistas abertos à participação pública, gerando a segunda versão em junho de 2016. E mesmo sem esgotar os debates acadêmicos em torno de sua concepção, a terceira e última versão, que foi aprovada e homologada em dezembro de 2017, e compreendeu a reorganização curricular, adequação dos sistemas educacionais dos estados e municípios e formação e capacitação dos professores.

Os autores destacam, ainda, a reforma proposta para o Ensino Médio, descrevem e destacam pontos primordiais aos estudiosos desse segmento no que tange às estruturas e intencionalidades presentes no documento, com o fortalecimento de mecanismos de controle social, ideologia de terceirização e privatização defendidas pelas classes governantes, além da disponibilidade do Estado em diminuir gastos, apoiados no discurso de qualidade que o setor privado pode oferecer. A classe docente segue precarizada nesse segmento com o surgimento, entre outras coisas, da possibilidade de ter profissionais não formados para atuação na educação.

No capítulo cinco, *Considerações finais*, (p. 119-126), é possível perceber que, para os autores, historicamente as reformas educacionais não foram realizadas com a intenção de promover o desenvolvimento da cultura escolar e pouco têm contribuído para o fortalecimento de comunidades escolares inclusivas, participativas e conseqüentemente equitativas, e que a reforma da BNCC incorre neste mesmo percurso, cometendo os mesmos erros, trazendo direcionamento verticalizados com valorização econômica sob a lógica neoliberal e não será capaz de superar os problemas educacionais relacionados à qualidade e de estrutura para a formação de um cidadão

emancipado em um regime de colaboração na educação. Os autores destacam que no meio acadêmico e profissional não faltam ideias para superar essa demanda de dificuldades da Educação, o que falta é a vontade política e falta de preocupação com o bem comum na distribuição de recursos que garantam condições de trabalho aos docentes e acesso e permanência do aluno na escola.

Esta obra destina-se para os diferentes públicos, porém, de forma mais direta, atende às necessidades dos professores, profissionais que atuam na linha de frente e são impactados pelas implementações de políticas educacionais de organização curricular e de formação de professores. Igualmente importante, quando visto pelo aspecto teórico e político, é uma leitura para pesquisadores e estudantes de mestrado, doutorado e de graduação em educação. Sua leitura pode estimular novas pesquisas, temas para teses, dissertações e monografias de fim de curso e, certamente, qualificará o debate sobre o tema proposto.